

EDITORA



UnB

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Catarina de Almeida Santos
Andréia Mello Lacé
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



 EXTENSÃO
INSURGENTE



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

**Do centenário de Paulo Freire e
Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB**

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

| | |
|--|---|
| Coordenação geral | Thiago Affonso Silva de Almeida |
| Consultor de produção editorial | Percio Savio Romualdo Da Silva |
| Coordenação de revisão | Denise Pimenta de Oliveira |
| Coordenação de design | Cláudia Barbosa Dias |
| Revisão | Maria Thalita dos Santos Pessôa |
| Diagramação | Larissa Gomes dos Santos Viana |
| Fotos de capa | Paulo Freire Contemporâneo, frame de vídeo - Ministério da Educação, via Domínio Público Darcy Ribeiro - Cedoc - Arquivo Central UnB Universidade de Brasília - Beto Monteiro |
| | © 2023 Editora Universidade de Brasília |
| | Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF CEP: 70910-900 Site: www.editora.unb.br E-mail: contatoeditora@unb.br |
| | Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora. |

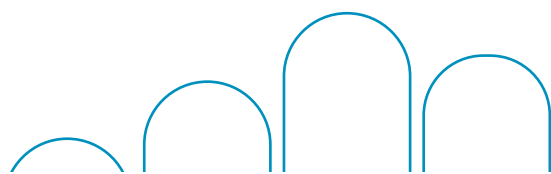
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

E24 Educadoras e educadores brasileiros [recurso eletrônico] : do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB / (organizadoras) Catarina de Almeida Santos ... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2024.
170 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-270-5.

1. Universidade de Brasília - História. 2. Educadoras - Brasil. 3. Educadores - Brasil. I. Santos, Catarina de Almeida (org.).

CDU 37 (81)



Sumário

Prefácio 7

Olgamir Amancia Ferreira

Os 60 anos da Universidade necessária e as educadoras e os educadores brasileiros 11

Catarina de Almeida Santos
Andréia Mello Lacé
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Paulo Freire: educando para a libertação 21

Cristiano Garboggini Di Giorgi
Andréia Nunes Militão

Do direito à educação à Universidade de Brasília no pensamento anisiano 37

Maria Zélia Borba Rocha

Florestan Fernandes e a educação: da Campanha de Defesa da Escola Pública à construção de uma pedagogia socialista 57

Diogo Valença de Azevedo Costa

Nísia Floresta: autobiografia, pesquisas e perspectivas 75

Alyanne de Freitas Chacon

Formação social, estado e educação brasileira: o projeto quilombista como alternativa civilizatória e pedagógica em Abdias do Nascimento 93

André Luis Pereira
Camilla Meneguel Arenhart



Nise da Silveira: uma educadora rebelde 111

Felipe Magaldi

Anália Franco: a educadora que o Brasil precisa conhecer 129

Samantha Lodi-Corrêa

**Os 60 anos da UnB no centenário de Darcy Ribeiro
e a necessária luta por um novo amanhecer** 149

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira


Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Um posfácio, um convite ao inacabamento 157

Andressa Pellanda

Nise da Silveira e a humanização da doença mental 161

Franklin Chang



Do direito à educação à Universidade de Brasília no pensamento anisiano¹

Maria Zélia Borba Rocha



Da educação como direito à concepção de universidades

A missão político-social à que Anísio Teixeira dedicou toda a sua vida foi consagrar o acesso à escolaridade dos níveis primário e secundário como um direito de cidadania de todo brasileiro.

Todo o seu trabalho profissional, político apartidário e intelectual ao longo de cinco décadas foi para universalizar a educação de graus² primário e médio como ensinos públicos, gratuitos, laicos e de coeducação,³ bem como para torná-los de qualidade para todos(as) os(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as), como direito de cidadania essencial à constituição de uma sociedade democrática (Teixeira, 1997, 1969, 1958, 1996; Ferro, 1984).

Eu diria mais, afirmo que *não* se tratava apenas de uma causa política, mas de uma missão civilizatória.⁴ Os intelectuais da geração de Anísio Teixeira são, senão a última, talvez uma das últimas gerações imbuídas do sentido de missão, engajadas com um projeto de nação que *não* se corporificava em partidos políticos, mas em suas ações intelectuais e profissionais, fundamentadas no conhecimento científico e *não* em ideologias ou utopias:

[...] as três modalidades de bacharéis (Direito, Medicina e Engenharia) concebiam-se como a elite intelectual responsável pela construção de um projeto de nação. Consideravam-se os “eleitos”, responsáveis pelos destinos do país, e atribuíam a si esse penhor por serem os únicos dotados de

¹ Segunda parte do trabalho apresentado no Seminário Política e Gestão da Educação, realizado na Universidade de Brasília em 28 de abril de 2022.

² Utilizou-se a categoria administrativo-educacional da época de Anísio Teixeira.

³ Uso o termo consagrado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, para se referir à defesa do direito à educação para todos os gêneros, documento ao qual Anísio Teixeira assinou junto com outros (as) consagrados intelectuais da época.

⁴ O conceito original está em Elias (1994 [1932]).

qualificação para tal. Especialização que o ensino superior lhes fornecia e que se materializava no título de bacharel (e alguns na titulação de doutorado). As três categorias de profissionais liberais empenhavam-se simultaneamente na estruturação do Estado, na consolidação da nação, na civilização do povo e na estruturação de suas próprias carreiras. Assim, pode-se afirmar sobre os três, incluindo os professores, pois eram eles próprios: “entendiam-se como mestres nesse processo de civilização, guardiões do caminho certo”⁵ (Rocha, 2007, p. 94-95).

Cruzada civilizatória, pois o projeto de um país moderno e industrializado, baseado na concepção de progresso oriundo dos conhecimentos científicos, inseria-se em um determinado tipo de civilização. A civilização moderna, ocidental, apresentava as seguintes idiossincrasias: divisão complexa do trabalho, com conseqüente estratificação social; existência de uma instituição jurídico-política e administrativa com a função de governar a sociedade de forma impessoal e fundamentada nas leis; formas de representação política; concepção do ser humano como cidadão; economia monetarizada; criação e desenvolvimento de instituições com a função específica de produção de novos conhecimentos, baseados nas ciências. Enfim, civilização como “[...] o complexo que abrange conhecimento, crença, arte, comportamento moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (Murray, 1871 *apud* King, 1986, p. 189). Esta era a cruzada civilizatória de Anísio Teixeira: transformar o Brasil em uma nação civilizada. Para isso, eram essenciais a educação primária e secundária públicas, gratuitas e laicas, de qualidade, baseada na coeducação. Além disso, também era indispensável uma educação superior produtora de ciência, de formações profissionais e integrada com a educação de base por intermédio da formação de professores.

Neste sentido, Anísio Teixeira fez parte dos grupos intelectuais que conceberam duas universidades para o Brasil, em dois períodos históricos distintos. Estudar a organização institucional de ambas ajuda a desvendar o pensamento anísiano, assim como confere dimensão à ação político-cultural que Anísio Teixeira nos legou por herança.

Breve escopo comparativo: UDF e UnB

A comparação entre as duas instituições distintas, situadas em ambiências sociopolítico-culturais diferentes, justifica-se por duas razões básicas: primeiro, porque a concepção e a criação dessas duas universidades faziam parte de um projeto maior de construção de um Brasil civilizado, tendo a ciência e o progresso como direção aonde se almejava chegar e, ao mesmo tempo, como base de ações; segundo, porque se consegue identificar a marca dos ideais, dos valores e do trabalho anísianos em ambas.

Anísio Teixeira e o grupo de intelectuais que o acompanharam na tarefa de conceber e criar a Universidade do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, projetaram as duas instituições a partir de seis eixos centrais: 1º) missão; 2º) princípios; 3º) descentralização;

⁵ Schwarcz, 2002.

4º) órgãos complementares; 5º) centralidade da educação; 6º) integração entre educação primária, à época, e superior. Vou tecer possíveis diferenças e similaridades entre as duas universidades, a partir da análise comparativo-institucional de suas estruturas organizacionais.

No que reporta à *missão*, encontramos similaridades nas duas universidades quanto aos subtemas da produção e difusão da ciência, tecnologia e arte; à formação de quadros profissionais altamente qualificados em diversas áreas do conhecimento; e à formação de professores para todos os graus de ensino e para todas as áreas do conhecimento. A diferença crucial encontra-se nas finalidades específicas para as quais cada universidade foi criada: a UDF foi atribuída a missão específica de “[...] prover a formação do magistério, em todos os seus graus” (Distrito Federal, 1935, art. 2º), enquanto a UnB foi criada para “[...] atuar como o motor de transformação que permita à sociedade nacional integrar-se à civilização emergente” (Ribeiro, 1991 [1969]), p. 172). A UDF foi criada com vistas ao projeto de instauração de uma rede pública de educação primária e média obrigatória, gratuita e de qualidade para todos os cidadãos, como um dever do Estado, enquanto a UnB foi concebida para produzir um projeto de nação que levasse o país ao desenvolvimento econômico-industrial e, com isso, também proporcionasse integração com universidades nacionais e internacionais. Os dois modelos de universidades estavam comprometidos com o fenômeno da integração. A UDF almejava a integração da universidade com a rede pública de ensino primário e médio, enquanto a UnB objetivava atingir a integração nacional por meio do desenvolvimento econômico e também ansiava por promover a integração entre universidades.

Portanto, a integração era um conceito chave no pensamento anisiano. Elias (1993), como discípulo direto de Mannheim, ensina que um pensamento tem raízes na conjuntura social que o engendra. À época de Anísio, não havia um sistema nacional de educação, nem na legislação, nem na realidade. Não havia ainda nem mesmo subsistemas educacionais estaduais e/ou municipais, organizados sob princípios norteadores da ação pedagógica e pautados em legislações educacionais. Muito menos havia subsistemas educacionais funcionando, na realidade, o que havia eram escolas criadas por poderes públicos locais, algumas de iniciativa da União. Não se pode nem mesmo falar em redes de ensino, pois a descentralização, implantada por intermédio do Ato Adicional de 1834, significou, na prática, desorganização, e mesmo, em muitos casos, abandono da educação de base no Brasil: “a formação dos sistemas escolares estaduais [...] processava-se, no entanto, irregularmente, segundo as grandes diferenças de nível econômico e cultural entre os diversos Estados da União” (Azevedo, 1996, p. 621). Portanto, criar as redes locais de educação pública, mas não somente criá-las. Criar e integrá-las a um sistema nacional de educação e integrá-las às universidades, que num primeiro momento também precisavam ser criadas, inclusive com a função de formação do magistério, para o ensino primário e secundário. Assim, a conjuntura político-cultural na qual Anísio viveu e atuou mostrou-lhe, pela ausência, pela carência de integração que havia no Brasil, a necessidade de integrar realidades; de integrar instituições; de integrar as redes escolares locais entre si; de integrar escolas primárias e

secundárias com universidades; de integrar a educação brasileira como uma totalidade. E por essas integrações, Anísio pensou, escreveu, falou, agiu politicamente, trabalhou profissionalmente e nos deixou de herança o tema da integração no setor educacional.

No que se refere aos *princípios*, a UDF foi assentada em dois básicos: Autonomia Universitária e Liberdade de Cátedra. Enquanto a Universidade de Brasília foi estruturada em quatro, dos quais destacamos os principais: autonomia, democracia, cooperação e integração. A autonomia da instituição perante o Estado brasileiro, abrangendo “autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar” (Brasil, 1961, art. 13), bem como a autonomia interna de cada unidade acadêmica (Brasil, 1961, art. 9º). A UnB foi assentada tendo a democracia como alicerce, tanto internamente em sua estrutura organizacional, quanto como princípio da sociedade e do Estado. A cooperação e a integração são dois princípios que amalgamavam as unidades internas da Universidade, assim como consolidaram a UnB com outras instituições universitárias. Por fim, outro princípio subjacente à estrutura da UnB era o empenho na superação da modernização reflexa, da economia, da cultura e da própria universidade:

[...] é possível planejar uma universidade que seja fator da transformação estrutural em sociedades cujas camadas dirigentes não desejam mais do que a modernização reflexa, consolidadora e não debilitadora de seu domínio (Ribeiro, 1991 [1969], p. 28).

Historicamente e sociologicamente, constata-se que novas estruturas surgem a partir de outras pré-existentes. A secular liberdade de cátedra, que nasceu com a universidade nos idos dos séculos XII-XIII, manteve-se como fenômeno de persistência cultural⁶ na terceira década do século XX no Brasil, em uma instituição universitária nova comprometida com a modernização e o desenvolvimento do país. Não é de se admirar, pois as persistências culturais levam séculos para serem transformadas ou mesmo para desaparecerem. Já a UnB subsumiu em sua estrutura os princípios humboldtianos (Casper; Humboldt, 1997) da autonomia, da liberdade e da indissociabilidade, princípios oriundos da modernidade ocidental do século XIX para a sociedade brasileira que se queria desenvolvida. A UnB nasce comprometida com um projeto democrático de nação, e isto está explícito em sua missão, em seus princípios e em sua estrutura organizacional. Esse princípio a destaca de todas as outras universidades, o que a torna incompatível com a liberdade de cátedra, pois esta é individualista e clientelista, enquanto a democracia consiste em ação coletiva pautada em critérios objetivos, na inexistência de privilégios e buscando o bem comum (Dahl, 2000; Rosenfield, 1984; Touraine, 1996; Weffort, 1991).

⁶ “Uma persistência cultural consubstancia uma tradição genuína pela manutenção de seus traços idiossincráticos em uma aparência reciclada, aceita pelas novas gerações como moderna, nova e inovadora, capaz de se perpetuar no futuro e de modificar o presente” (Rocha, 2007, p. 410). O conceito original foi cunhado por Holanda em 1993 (1933).

Democracia era um tema pelo qual Anísio sempre se bateu. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil emergia de uma monarquia e de um sistema escravagista, enquanto consolidava o poder dos coronéis locais. Anísio defendia a constituição de um Estado Democrático no Brasil e interligava a educação à democracia. Ele afirmava mesmo que a educação era a máquina que forjava democracias, uma relação que aprendeu com seu orientador John Dewey, os dois pioneiros em mostrar a interligação entre os temas, Dewey nos Estados Unidos da América do Norte e pelo mundo afora:

o amor da democracia pela educação é um fato cediço. A explicação superficial é que um governo que se funda no sufrágio popular não pode ser eficiente se aqueles que o elegem e lhe obedecem não forem convenientemente educados. Uma vez que a sociedade democrática repudia o princípio da autoridade externa, deve dar-lhe como substitutos a aceitação e o interesse voluntários, e unicamente a educação pode criá-los. No entanto, há uma explicação mais profunda. Uma democracia é mais do que uma forma de governo; é, primacialmente, uma forma de vida associativa, de experiência conjunta e mutuamente comunicada (Dewey, 1979, p. 93).

Anísio Teixeira lhe seguiu os passos, difundindo suas ideias primeiro no Brasil e, posteriormente, pelo mundo. Ele propagava mesmo que os sistemas educacionais públicos deveriam ser dotados de autonomia, longe das ideologias políticas, a fim de bem desenvolverem sua função social. Se a independência educacional era importante nos sistemas primários e secundários de ensino, tornava-se ainda mais essencial nos centros de produção científica e tecnológica, nas universidades:

é que a liberdade é uma conquista que está sempre por fazer. Desejamo-la para nós, mas nem sempre a queremos para os outros. Há na liberdade qualquer coisa de indeterminado e imprevisível. Ser livre importa em aceitar as consequências, sejam quais forem. Ser livre importa em “seguir a ideia até onde ela nos levar...” por isso, só podem amar a liberdade os que realmente tiverem provado, até o fundo, a insignificância da vida humana, sem o acre sabor desse perigo. por isso é que a Universidade é, e deve ser, a mansão da liberdade. Os homens que a servem e os que, aprendendo, se candidatam a servi-la, devem constituir esse fino escol da espécie para quem a vida só vale pelos ideais que a alimentam [...] dedicadas à cultura e à liberdade, as universidades estão sob um signo sagrado, que as faz trabalhar e lutar por um mundo de amanhã, fiel às grandes tradições liberais da humanidade (Teixeira, 1997, p. 128-129, grafia da época).

No que se relaciona à *descentralização* administrativa, a UDF foi pensada e criada com cinco unidades acadêmicas: 1) Instituto de Educação; 2) Escola de Ciências; 3) Escola de Economia e Direito; 4) Escola de Filosofia e Letras; 5) Instituto de Artes (Fávaro; Lopes, 2009; Galvão, 2017). A UnB foi concebida para ter maior amplitude e para abranger mais

áreas do conhecimento. Ademais, a ciência, após a segunda guerra mundial, tornara-se mais complexa e especializada no mundo ocidental. Assim, a UnB apresentava, em seu projeto original cinco institutos centrais e sete faculdades. A diferença a considerar é que a UnB era, e ainda é, mais descentralizada em departamentos, levando a descentralização a um nível mais profundo. Constata-se, novamente, mais uma persistência cultural na UDF com uma estrutura de conhecimento predominante nas áreas das Humanidades, das Artes e do Direito, reproduzindo as universidades livrescas das cátedras. Mas em comum, as duas enfatizavam a autonomia das unidades acadêmicas e a estrutura organizacional descentralizada das universidades assemelhava-se a uma federação, tema muito pungente nas primeiras décadas do século XX, quando a UDF foi criada, diretamente correlacionado com a instauração da república, com a estruturação do Estado brasileiro e com a democracia como modelo político.

A existência de *órgãos complementares* na estrutura universitária está diretamente relacionada à descentralização administrativa da universidade e à autonomia das unidades acadêmicas. As atividades fins das universidades ficaram sob a responsabilidade dos Institutos e das Escolas, no caso da UDF. Os serviços de suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão, por sua vez, serviriam a todas as unidades acadêmicas e áreas do conhecimento. Dois detalhes ressaltam da comparação entre as duas instituições: os órgãos complementares projetados para a UnB são em menor quantidade, apenas cinco, mas são de maior abrangência de atividades, incluindo editoração, acervo, difusão e desporto. Por outro lado, os órgãos complementares da UDF totalizaram nove, mas seis estavam umbilicalmente atados ao Instituto de Educação e à função de formação do magistério para o ensino primário, médio e técnico, tais como: Escola Maternal Experimental; Jardim de Infância do Instituto de Educação; Escola Elementar Experimental; Escola Elementar do Instituto de Educação; Escola Secundária do Instituto de Educação; Escola Secundária Técnica (Distrito Federal, 1935, art. 9º).

Esta estrutura organizacional deixa transparente a vinculação direta do ensino superior com os ensinos primário e secundário, a fim de cumprir a missão de formação de professores, em especial para o primário e o secundário, justamente os graus que Anísio reportava essencial universalizar, garantir a todos de forma gratuita, com qualidade, laica e como coeducação. Em uma conjuntura histórico-político-cultural que ofertava apenas quatro anos de escolaridade, e que nem mesmo garantia este grau de ensino como Direito Público Subjetivo,⁷ a criação de uma universidade com seis escolas de aplicação diferentes, fincadas em sua estrutura organizacional, era extremamente arrojada e foi criada para uma função social específica: a formação de professores.

⁷ O instrumento jurídico denominado Direito Público Subjetivo somente foi estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 para consagrar o ensino fundamental como Direito Público Subjetivo a todo e qualquer cidadão (art. 208, § 1º e 2º). Somente com a Emenda Constitucional nº 59/2009 é que toda a Educação Básica se tornou Direito Público Subjetivo, consagrado nos mesmos artigos e incisos da CRFBR de 1988, e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9.394/1996, art. 5º).

A ênfase da estrutura organizacional da UDF na integração da universidade com o ensino infantil, primário e médio é claramente de inspiração deweyana. Dewey dava extrema importância à escola como instituição primal à plena formação do ser humano, ao desenvolvimento social e à constituição da democracia. A ênfase da aprendizagem nas fases infantil e juvenil estava diretamente relacionada com o futuro da sociedade e com o tipo de ser humano e de sociabilidade que a nação almejava plasmar nas práticas sociais (Dewey, 1980a; 1980b; 1979; 1971).

A *centralidade* que a área da educação ocupava no projeto da UDF, assim como a *integração* entre os ensinos primário, médio e o superior, já foi explicada por intermédio da missão, da estrutura e dos órgãos complementares. No entanto, manifestava-se também nos cursos ofertados pela UDF: dos 27 cursos criados, cinco eram de formação de professores para o ensino primário.⁸ Além disso, na área de exatas, ainda foram projetados mais cinco cursos de formação docente para o ensino médio.⁹ Essa mesma centralidade da educação e integração da universidade com a educação primária e secundária encontra-se também no projeto da UnB, tanto na missão quanto na estrutura da universidade e, principalmente, na missão incumbida à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília:

efetivamente, na estrutura proposta, a carreira do magistério secundário e a formação de especialistas em educação primária e média [...] transforma toda a Universidade numa grande instituição pedagógica de cultivo do saber e das artes, formadora de multiplicadores para sua difusão através do sistema educacional (Ribeiro, 1991 [1969], p. 218).

O quadro sinótico a seguir possibilita uma visualização clara da estrutura organizacional das duas universidades em uma perspectiva institucional comparativa, conforme descrito até o momento:

⁸ "Cursos para habilitação ao magistério primário geral e especializado; cursos para habilitação ao magistério secundário; cursos para habilitação ao magistério normal; cursos para administração e orientação escolar; cursos de extensão e continuação para professores" (Distrito Federal, 1935, art. 10º).

⁹ "Curso de professor de matemática: matemática, física, química-física [sic!] (predominância de matemática). Curso de professor de física: matemática, física, química-física [sic!] (predominância de física). Curso de professor de química: matemática (programa menor que o dos candidatos ao professorado de física e matemática); física (capítulos); química geral, inorgânica e orgânica; química-física [sic!]. Curso de professor de história natural: para todos os candidatos: matemática (programa igual ao dos candidatos ao professorado de química); cursos gerais de mineralogia e geologia, biologia geral e zoologia, botânica. Em seguimento: para o candidato com preferência para o estudo de mineralogia e geologia, e física (capítulos); para o candidato com preferência para o estudo de zoologia ou botânica, curso especial de zoologia ou botânica, e química (capítulos)" (Distrito Federal, 1935, art. 25).

Quadro sinótico 1: Comparação Organizacional entre UDF e UnB

| Categorias | UDF (1) | UnB (2) |
|--|--|--|
| Missão | Formação do magistério em todos os graus | <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto de desenvolvimento nacional • Atuar como motor de transformação social • Promover integração entre universidades nacionais e estrangeiras |
| Princípios | <ul style="list-style-type: none"> • Autonomia universitária • Liberdade de cátedra | <ul style="list-style-type: none"> • Autonomia universitária • Cooperação interna e social • Integração nacional • Democracia interna e nacional |
| Descentralização Administrativa | <ol style="list-style-type: none"> 1) Instituto de Educação 2) Instituto de Artes 3) Escola de Ciências 4) Escola de Economia e Direito 5) Escola de Filosofia e Letras | <ol style="list-style-type: none"> 1) Instituto Central de Ciências Básicas 2) Instituto Central de Ciências Biológicas 3) Instituto Central de Ciências Humanas 4) Instituto Central de Artes 5) Instituto Central de Letras 6) Faculdade de Tecnologia 7) Faculdade de Ciências da Saúde 8) Faculdade de Ciências Agrárias 9) Faculdade de Ciências Jurídico-Administrativas 10) Faculdade de Comunicação 11) Faculdade de Arquitetura e Desenho 12) Faculdade de Educação |
| Departamentalização | Inexistente | Cada instituto e faculdade subdividia-se em vários departamentos |
| Órgãos complementares | <ol style="list-style-type: none"> 1) Escola Maternal Experimental 2) Jardim de Infância do Instituto de Educação 3) Escola Elementar Experimental 4) Escola Elementar do Instituto de Educação 5) Escola Secundária do Instituto de Educação 6) Escola Secundária Técnica 7) Escola-Rádio 8) Biblioteca Central de Educação 9) Laboratórios e Clínicas dos Hospitais do Distrito Federal | <ol style="list-style-type: none"> 1) Estádio 2) Teledifusão 3) Biblioteca 4) Museu 5) Editora |
| Centralidade da educação | “O Instituto de Educação, que tem por fim prover a formação do magistério e concorrer, como centro de documentação e pesquisa, para a formação de uma cultura pedagógica nacional, fica diretamente incorporado à universidade pela sua atual Escola de Professores, que passa a denominar-se Escola de Educação [...]” (Decreto 5.513/1935, art. 4º) | “[...] a Faculdade de Educação constitui uma unidade de tanta importância quanto os Institutos Centrais. Na verdade, ela é o complemento indispensável dos Institutos, a conferir ao conjunto universitário o sentido integrativo necessário” (Ribeiro, 1991, p. 218) |
| Integração | <ul style="list-style-type: none"> • Ensino primário e secundário • Ensino primário e superior • Ensino secundário e superior • Através da formação de professores pela UDF para as redes públicas primárias, secundárias e mesmo superior | <ul style="list-style-type: none"> • Com as redes primárias e secundárias de ensino público, por meio da formação de professores • Com as redes primárias e secundárias de ensino público, por meio da produção de material didático para todo o Brasil • Entre as universidades brasileiras • Com as universidades estrangeiras • Regional para o desenvolvimento do Centro-Oeste • Nacional para o desenvolvimento da nação |
| (1) Estrutura organizacional da Universidade do Distrito Federal estabelecida no Decreto nº 5.513/1935 | | |
| (2) Estrutura organizacional da Universidade de Brasília conforme seu projeto de criação | | |

Cumprindo a missão para a qual foi criada, a UnB possui atualmente 41 licenciaturas, sendo 33 presenciais e oito a distância, abrangendo áreas tanto das exatas quanto das humanas e sociais.¹⁰ Apesar de o projeto da UDF ser bastante arrojado para sua época, arrisco em afirmar que os estudos e trabalhos para sua elaboração constituíram as bases para a criação da UnB e, especialmente, da Faculdade de Educação, 27 anos depois.

Se o projeto da UDF tivesse vingado, juntamente com o modelo das escolas parques, teríamos hoje, 87 anos depois, uma educação básica de extrema qualidade, um país exacerbadamente desenvolvido, cidadãos conscientes, um povo não manipulado pelos meios de comunicação de massa, uma democracia plena e uma nação efetivamente soberana que não seria mais colônia do centro dinâmico do capitalismo. Mas a utopia da UDF foi abortada no nascedouro, pois durou apenas quatro anos. À elite política e econômica deste país – de mentalidade escravocrata e predatória dos recursos – não interessava um povo educado, escolarizado e crítico, à exceção de alguns intelectuais ilustrados, como Anísio Teixeira, seu pai e mais alguns dessas gerações. E, tristemente, vimos a pauta dessa mesma elite repetir-se agora, de 2016 aos dias de hoje (2022), com as políticas educacionais, econômicas e trabalhistas implantadas. Mas esse tema hodierno não é para este momento, nem para esta reflexão... foi só um *drops*¹¹ ao qual não consegui resistir à tentação de interrelacionar o tema com a contemporaneidade brasileira, até porque a agenda da elite econômico-política brasileira continua a mesma, ela apenas se moderniza, assume discursos e roupagens diferentes para ser legitimada como moderna pelas novas gerações (Miceli, 1979).

Um novo modelo de universidade para um Brasil moderno e desenvolvido

Já com renome internacional, agraciado com diversos prêmios e homenagens, Anísio Teixeira foi convidado para integrar a comissão encarregada de conceber a universidade da capital federal. No início resistiu à ideia, pois não via Brasília como uma metrópole, mas apenas como a sede do governo. Entretanto, ao perceber que a ideia de criação de uma universidade para a capital federal se tornara lei, “[...] percebi, mais dia menos dia, Brasília teria a sua universidade, a tê-la, que a tivesse certa: aderi, então à ideia de Darcy Ribeiro e, não só à ideia, ao plano Darcy Ribeiro” (Teixeira; Ramos; Cardoso, 1961, p. 259).

O projeto de uma universidade inovadora, diferente das que já existiam no Brasil, foi encomendado pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, para a inauguração da nova capital do Brasil. Tratava-se de uma universidade arrojada, assim como a concepção e a arquitetura de Brasília. Uma universidade que fosse afinada com o projeto de desenvolvimento que o governo tinha para a nação, o “de 50 anos em cinco”:

¹⁰ Fonte: Universidade de Brasília. Decanato de Ensino de Graduação. Cursos de Licenciaturas da UnB.

¹¹ A palavra *drops*, traduzida do inglês, significa gotas, pingos. No português coloquial brasileiro, passou a significar o doce infantil de formato circular, conhecido como bala ou pastilha (Houaiss, 2001, p. 1.086). Metaforicamente, significa apenas uma brecha que se abriu no texto.

“uma universidade de abrangência nacional, com a missão de produzir ciência, formar quadros altamente qualificados e impulsionar o desenvolvimento econômico por meio do conhecimento científico [...]” (Rocha; Villar, 2018, p. 30-31).

A ideia do projeto da Universidade de Brasília (UnB) não nasce apenas de um plano de governo, mas, fundamentalmente, da crise da universidade brasileira, cujos efeitos já eram visíveis, para toda a sociedade, desde os anos 50 do século XX. Crise estrutural, crise conjuntural, crise política, crise de conteúdos científicos. Crise estrutural porque a estrutura universitária, até então existente no Brasil, organizada nas cátedras, constituía-se em feudos intelectuais que funcionavam sob a lógica clientelista e, portanto, reforçavam a elitização da educação superior. Crise conjuntural porque o crescimento populacional, o desenvolvimento da urbanização e da industrialização, promoveram o nascimento e o crescimento da demanda por conhecimentos científicos e por profissionais com formações específicas que a universidade livresca, concentrada nas ciências humanas, não conseguia atender; crise política porque a estrutura universitária existente até então no Brasil, continuaria a promover desenvolvimento e modernização reflexos do centro dinâmico do capitalismo; crise de conteúdos científicos porque até mesmo nos conteúdos que as universidades brasileiras ensinavam e produziam até então, identificava-se a influência da *ratio studiorum* como uma metodologia que priorizava o conhecimento na área de humanidades, a retórica e a não-experimentação nas áreas das exatas, da vida e da saúde (Franca, 1952).

O dilema social, econômico e político, do qual Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro partiram para conceber a Universidade de Brasília, era se a nova instituição continuaria a produzir o desenvolvimento econômico-social reflexo que ainda vigia no Brasil, ou se seria capaz de contribuir para a superação desse tipo de sociedade, economia e política. A ideia era que a universidade produzisse conhecimentos científicos em todas as áreas de conhecimento, levando ao crescimento autônomo do Brasil e fazendo com que este deixasse de depender, economicamente e culturalmente, de nações desenvolvidas. Na visão dos idealizadores, a Universidade de Brasília deveria produzir conhecimentos científicos que contribuíssem para que o Brasil deixasse de ser um mero reflexo econômico, político e cultural das nações colonizadoras e saísse de sua condição de ainda colônia econômica, política e cultural. A partir dessa certeza, foi possível conceber uma estrutura universitária que fosse capaz de “[...] constituir-se em um motor de mudança da sociedade global [...]” (Ribeiro, 1991 [1969], p. 25). Assim, essa nova universidade *não* poderia seguir a mesma estrutura organizacional das instituições já existentes no Brasil, pois:

a estrutura da universidade em cátedra não dava mais conta do aumento da demanda; não atendia à diversidade de cursos novos que se fazia mister criar por imposição das mudanças sociais; não realizava pesquisa científica nas ciências exatas, físicas, naturais e médicas. O mundo ocidental já pesquisara, criara e utilizara a fissura do átomo – não que isso tenha sido bom para a humanidade – e o Brasil ainda não realizava pesquisa científica de peso, em quantidade e qualidades significativas nas áreas duras e puras do conhecimento científico (Rocha; Villar, 2018, p. 29).

E assim, Anísio e Darcy pensaram em uma universidade que fosse capaz de impulsionar o crescimento, o desenvolvimento e a modernização do Brasil, superando a condição de modernização reflexa às demandas externas que o país mantinha desde sua origem. Idealizaram, então, uma estrutura universitária tripartite, mas, ao mesmo tempo, integrada, aos moldes federalistas: os institutos centrais, que ministrariam as formações básicas de cada área do conhecimento; as faculdades profissionais, que dariam formação profissional específica para cada curso; os órgãos complementares, que prestariam, e ainda prestam, serviços de apoio à comunidade acadêmica e à sociedade. Tanto os institutos centrais quanto as faculdades profissionais seriam subdivididos em departamentos e desenvolveriam as quatro funções em suas áreas de competência: ensino, pesquisa, extensão e autogestão. A estruturação e a organização da Universidade são dinâmicas: os institutos, as faculdades e os órgãos complementares *não* foram todos criados e construídos em 1962, quando a Universidade foi inaugurada. Pelo contrário, foi um processo lento que passou por várias fases: criação segundo o modelo original; reorganização para atender novas demandas e modernização interna; reestruturação que significou extinção de algumas unidades e órgãos com a criação de novos.

Como uma organização complexa, a Universidade de Brasília foi estruturada a partir das áreas de conhecimento, com uma missão a cumprir e um conjunto de profissionais altamente qualificados a exercer essa missão. Além disso, conta com estruturas deliberativas coletivas com funções múltiplas (ensino, pesquisa, extensão e autogestão), abriga uma comunidade diversa composta por estudantes, docentes e técnicos, e oferece serviços específicos à sociedade.

A UnB foi criada com a função de ensino e difusão do conhecimento científico, para propiciar à sociedade diversos tipos de cursos e habilitações: cursos introdutórios, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação. As disciplinas seriam ministradas sob o regime de créditos, com a extinção das antigas turmas que iniciavam e se formavam no curso juntas.¹² A carreira acadêmica para esta nova universidade também foi concebida com uma nova formatação, estando estruturada em diferentes níveis: preparador, instrutor, professor assistente, professor associado e professor titular. Os preparadores funcionavam como um monitor, exigindo-se que estivessem no segundo ano de seu curso; os instrutores já deveriam ter o título de licenciado; o professor assistente requer a titulação de mestrado; o professor associado demanda o título de doutor; e o professor titular deveria ser um “pesquisador emérito com obras de grande repercussão” (Ribeiro, 1991 [1969], p. 196). Era o fim das cátedras universitárias, não haveria mais feudos intelectuais baseados em relações clientelistas.

¹² Não há espaço neste trabalho para abordar os efeitos sociais, políticos e ideológicos da adoção do regime de créditos na educação superior. Os impactos e efeitos foram amplamente estudados por trabalhos bem conhecidos, tais como: Cunha e Góes (1987); Fazenda (1988); e Fávero (1991), somente para referenciar alguns.

Capítulo especial no projeto da UnB foi destinado à Faculdade de Educação, com a função central de “[...] conferir ao conjunto universitário o sentido integrativo necessário” (Ribeiro, 1991 [1969], p. 218). Sua estrutura interna era da seguinte forma: Escola Normal Superior; Escola de Professores; Biblioteca Educacional; Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional; e o Centro Universitário de Orientação Educacional. O objetivo da Escola Normal Superior seria formar docentes para as escolas normais de grau médio e especialistas no ensino primário.¹³ A Escola de Professores deveria conter em si um Centro Experimental de Ensino Médio Integrado, com o objetivo de formação docente para o exercício do magistério nos graus médio e no ensino técnico. A Biblioteca Educacional deveria dispor de um serviço de documentação que contivesse material didático utilizado em todo o país e também no exterior, bem como obras científicas modernas da área de educação, e o máximo de material informativo e fontes primárias de pesquisa em educação. O Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional deveria realizar pesquisas sobre a estrutura objetiva e real do sistema educacional brasileiro, capacitando profissionais para o planejamento e a gestão educacional. O Centro Universitário de Orientação Educacional constituiria um núcleo de ensino e pesquisa cujo objeto de estudo seriam os temas afetos à Psicologia da Educação.

À Faculdade de Educação incumbiria a missão de: 1) criar novos modelos de escolas de grau primário e médio para toda a nação; 2) produzir material didático e audiovisual para orientar as aulas dos docentes em todo o Brasil nos graus primário e médio; 3) promover a formação continuada de professores para o exercício do magistério nos graus primário e médio, com vários níveis de aperfeiçoamento e aprofundamento. Para o desempenho dessa missão, a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília deveria: a) “[...] estar integrada com os órgãos governamentais de manutenção e controle do sistema público de ensino primário e médio [...]” (Ribeiro, 1991 [1969], p. 219); b) contar com serviços pedagógicos especializados e diversos; c) estar situada no mesmo campus dos institutos centrais para atendê-los e, ao mesmo tempo, para ter facilidade de acesso a pessoal e a serviços qualificados ao desempenho de suas funções. A Faculdade de Educação teria um papel central na estrutura universitária, pois “a educação tem um papel tão importante no desenvolvimento econômico que seu adequado cultivo pela Universidade constitui requisito indispensável ao progresso nacional” (Ribeiro, 1991 [1969], p. 219). Nessa centralidade da Faculdade de Educação na estrutura universitária e em sua integração com a rede de ensino pública, reconhece-se a assinatura intelectual de Anísio Teixeira e como os estudos para a criação da UDF foram os precursores para a concepção da UnB e, em especial, da Faculdade de Educação, considerada a menina dos olhos de Anísio Teixeira.

¹³ A organização do ensino brasileiro à época correspondia ao delimitado na Lei Federal 4.024/1961, que continha três graus de ensino: 1º) o grau primário (arts. 23 ao 32); 2º) o grau médio (arts. 33 ao 65); 3º) o grau superior (arts. 66 ao 87). A partir da Lei Federal 9.394/1996, a estruturação do ensino brasileiro passou a corresponder a dois níveis de ensino: básico e superior. O nível básico subdivide-se em três etapas: infantil, fundamental e médio (art. 21).

As pesquisas sobre o desempenho das universidades, que analisam, em média, as variáveis de ensino, pesquisa e inovação, extensão, produção científica, qualificação docente, internacionalização, popularidade, empregabilidade e sustentabilidade ambiental, e as alocam em posições mundiais, latino-americanas e nacionais, têm posicionado a UnB, ano após ano, com pequenas variações, entre os dez primeiros lugares, tanto entre as universidades latino-americanas quanto as nacionais (Santos, 2018; Vanz *et al.*, 2018). Isso comprova que a Universidade de Brasília continua cumprindo a missão para a qual foi criada:

o que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É crucial que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos capazes de empreender a exploração racional do imenso patrimônio de recursos do qual somos herdeiros, para colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional (Goulart, 1962, p. 1).

Algumas contribuições da UnB para o direito à educação

A questão que este encontro nos coloca é “*a importância da UnB para o direito à educação*”.

Esta temática pode ser abordada de duas formas: 1) de maneira pragmática e objetiva, apresentando os dados de todos os tipos de produções da UnB para a ciência e para a sociedade; 2) de forma reflexiva, que interrelacione o direito à educação, Anísio Teixeira e a UnB. Este segundo caminho é o que me foi demandado para este seminário.

A Universidade de Brasília é filha de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro. Em sua cultura organizacional, parece estar impregnada a irreverência de Darcy e a rigorosidade de Anísio: rigor científico, de princípios e busca incansável por soluções alternativas.

Pensada e criada como uma instituição inovadora, com estruturas novas, a Universidade de Brasília não se furta à função política e cultural que lhe foi atribuída como herança. A UnB tem sido produtora de novas ideias e modelos sobre modos de agir e pensar tradicionais, e tem exportado esses novos modelos, órgãos, conhecimentos e procedimentos para outras instituições de educação superior brasileiras. Damos destaque aos que foram criados a partir da década de 1980 do século XX, após o processo de redemocratização da sociedade e das universidades públicas brasileiras. Exemplos de políticas educacionais inovadoras para a viabilização do direito à educação, para a democratização do ensino e para a diminuição da desigualdade educacional, concebidas pela UnB, são: o Bolsa-Escola, o Programa de Avaliação Seriada (PAS), a política de cotas raciais, a política de cotas para estudantes oriundos das escolas públicas e a política de assistência estudantil.

O Bolsa-Escola é uma criação da Universidade de Brasília,¹⁴ poucos sabem disso. Permitam-me contar a história. Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque, professor do departamento de economia, foi eleito reitor da UnB para o período de 1985 a 1989. Esta gestão implantou medidas de democratização da Universidade, assim como criou estruturas universitárias inéditas: implantou os cursos noturnos; dobrou o número de vagas dos cursos de graduação; criou o Centro de Estudos Multidisciplinares (Ceam); criou o Laboratório de Estudos do Futuro. Estes são somente alguns exemplos. Dentro do Ceam, criou o Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneos (NEBC), do qual foi coordenador, mesmo sendo reitor, juntamente com o professor dr. Elimar Pinheiro do Nascimento, então do departamento de Sociologia. O NEBC congregava docentes de vários departamentos, assim como estudantes de graduação e de pós-graduação. Estudávamos o Brasil dos anos 80 do século XX, realizávamos pesquisas em várias áreas do conhecimento, pois o NEBC abarcava diversos projetos de pesquisa. Deste ambiente rico de debates e estudos, Cristóvam provocou um dia, lembro como se fosse hoje: “por que não darmos uma bolsa para o estudante do ensino fundamental estudar, assim como os discentes de pós-graduação recebem? Por que os (as) alunos (as) de mestrado e de doutorado podem receber uma bolsa do Estado brasileiro para estudar e as crianças pobres das escolas públicas não podem?”. Tivemos ali, na prática, um exemplo de como pensar fora da caixinha. E assim, as primeiras ideias do projeto intitulado Bolsa-Escola foram rascunhadas no NEBC. Cristóvam Buarque e Elimar Pinheiro do Nascimento agarraram a ideia e delinearam a política pública. Sem dúvida que estou simplificando a história, pois esse processo levou alguns anos e abarcou algumas gerações de professores e discentes.

O restante da história, todo mundo conhece: o Bolsa-Escola foi implantado no Distrito Federal quando Cristóvam Buarque foi governador, no mandato 1995-1999; recebeu uma enxurrada de críticas; foi estudado por diversas instituições e pesquisas científicas no Brasil e no mundo; ganhou prêmio do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (Unicef); foi adotado em muitos países da América Latina e da África; até que um dos governos federais brasileiros encampou a ideia e a federalizou para todo o Brasil – com modificações, claro –, transformando-o no Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação.¹⁵ O governo federal seguinte, embora de matiz ideológico e partidário oposto ao anterior, também adotou o Bolsa-Escola, incorporando mudanças e rebatizando-o de Bolsa-Família.¹⁶ E assim os detalhes da história inicial foram esquecidos, a memória da maioria absoluta da população prendeu-se à informação dos meios de

¹⁴ As aventuras e dissabores de criação e implantação do Bolsa-Escola, assim como seus impactos e resultados, estão descritos e analisados em obras como: Aguiar e Araújo (2002); Buarque (2012); Lavinias e Varsano (1997); Lavinias (1999); Lavinias e Barbosa (2000), somente para mencionar alguns.

¹⁵ O projeto do Bolsa-Escola tornou-se federal, com abrangência em todo o território nacional, por intermédio da Lei Federal nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Isso ocorreu durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003).

¹⁶ O Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação foi transformado em Bolsa-Família por intermédio da Lei Federal nº 10.836/2004. Isso aconteceu no primeiro mandato do governo Luís Inácio – Lula – da Silva (2003-2006).

comunicação de massa e o governo Lula foi identificado como o pai do Bolsa-Família. Entretanto, é mister considerar que pai, ou mãe, *não* é somente aquele, ou aquela que dá o nome. O que batiza é o padrinho ou a madrinha. Pai e/ou mãe são aqueles (as) que conceberam a ideia, que a geraram, que acompanharam o crescimento.

O Bolsa-Escola, com quaisquer nomes e modificações que lhes foram atribuídos, é claramente uma política que objetiva garantir o direito ao ensino fundamental, num primeiro momento, e à educação básica, quando esta se tornou Direito Público Subjetivo, em 2009. Os objetivos do Bolsa-Escola estavam claramente definidos: garantir a permanência da criança e do adolescente na escola; resolver o problema da evasão escolar; impedir o trabalho infantil; dificultar o acesso da criança e do adolescente ao universo das drogas; e aumentar a escolaridade do brasileiro. Este é o compromisso da UnB com o direito à educação: pensar fora da caixinha, buscando soluções para problemas sociais em todas as áreas de conhecimento, em todos os setores da atividade humana e em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

A concepção, criação e implantação do PAS foram resultados de um processo que demandou uma década de estudos, de 1986 a 1995. Trata-se de uma nova concepção de avaliação de conhecimentos, habilidades e competências para selecionar os ingressantes na Universidade. O PAS democratizou o acesso à universidade simplesmente por tê-lo subdividido em três anos, promovendo o acompanhamento do desempenho escolar ao longo dos três anos de ensino médio. O PAS é fruto da integração da Universidade de Brasília com a rede pública de ensino do Distrito Federal, que começou discutindo os conhecimentos a serem cobrados no vestibular e, ao mesmo tempo, proporcionou maior integração entre as duas instituições e entre os dois níveis de ensino. O modelo de avaliação seriada é hoje adotado em várias universidades brasileiras. É importante ressaltar que a integração entre a universidade e a rede pública de ensino básico carrega a identidade de Anísio Teixeira.

Os órgãos internos responsáveis pela criação, organização e implantação dos processos seletivos de entrada detinham os dados que mostravam o perfil do alunado da UnB, incluindo informações sobre gênero, faixa etária, origem social e etnia. Esses dados estatísticos comprovaram que a incidência de discentes de origem afrodescendente era ínfima entre os estudantes da Universidade de Brasília ao longo das décadas. Ademais, o tema já estava posto na sociedade desde a década de 1970 do século XX, por intermédio do movimento negro nacional e internacional e, academicamente, através dos estudos científicos sobre racismo em diversas áreas do conhecimento. Havia também a experiência pioneira de dezenove universidades norte-americanas que implantaram a primeira política de cotas raciais para ingresso no ensino superior. Mediante estes antecedentes históricos, a UnB foi a primeira universidade federal brasileira a conceber, criar e implementar uma política de ações afirmativas para a inclusão de estudantes indígenas, afrodescendentes e oriundos de escolas públicas, independente da etnia (Azevedo, 2001; Carvalho; Segato, 2002; Romão de Siqueira, 2004).

A política de assistência estudantil desenvolvida pela Universidade de Brasília, no sentido de garantir a permanência do estudante no curso superior e a qualidade de vida nos *campi*, é mais uma contribuição da UnB no sentido de garantir o direito à educação. Um olhar de longo alcance nessas seis décadas de existência da UnB mostra que cada conjuntura social coloca desafios específicos e que algumas gestões são mais sensíveis às necessidades estudantis que outras, mas a Universidade tem se empenhado em solucionar essa questão, criando alternativas e ampliando a oferta e as modalidades de assistência estudantil.

Nos anos sessenta e setenta do século XX, as necessidades prementes do estudantado de graduação – que vinha, majoritariamente, de outras unidades da federação – referiam-se à moradia, alimentação e serviços emergenciais de saúde. O modelo de campus adotado foi o das universidades norte-americanas, que ofereciam alojamento estudantil, restaurante e hospital universitário. A partir dos anos 80 e 90 do século XX, com a redemocratização, que instituiu os cursos noturnos e duplicou as vagas nos cursos, o perfil do alunado mudou, o que requereu a adoção de novas políticas assistencialistas. Nestas décadas, a UnB já oferecia atendimento psicológico, acompanhamento pedagógico aos discentes com necessidades especiais, bolsas-trabalho para complementação de renda, moradia diferenciada para estudantes de pós-graduação; foi criada a UnB-idiomas, para facilitar o acesso dos estudantes às línguas estrangeiras. A partir do século XXI, em contexto de crescente desigualdade social e diversidade estudantil, houve a multiplicação e a diversificação de programas de assistência estudantil, tais como: inclusão digital; vale livro, para aquisição de livros; auxílio-creche para discentes que são mães; auxílio econômico, que não se vincula mais ao trabalho na universidade, mas ao bom rendimento no curso; auxílio transporte, para deslocamento entre os *campi*; auxílio específico para indígenas e quilombolas; acompanhamento e inclusão de minorias de gênero; diversos tipos de auxílios durante os dois anos de pandemia de covid-19; e constantes ações que visam a segurança nos *campi*. O direito à educação não implica apenas fornecer a vaga. Em uma sociedade estruturalmente desigual como a brasileira, é mister desenvolver políticas que garantam a permanência no ensino, diminuindo o abandono estudantil e elevando as taxas de conclusão. Isso a UnB tem realizado, em especial nas últimas décadas.

Somente essas quatro políticas, aqui brevemente relatadas, demonstram o compromisso da Universidade de Brasília com o direito à Educação Básica e com o direito à Educação Superior. Se fôssemos mostrar todos os dados empíricos sobre a produção intelectual da UnB, produzidos em todas as áreas do conhecimento, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, seria necessário escrever uma coleção pelas seis décadas de existência da UnB, que estamos comemorando. Não é à toa que a UnB ocupa posições de destaque nos rankings nacionais e internacionais de avaliação de instituições de educação superior, há anos consecutivos.

A construção social dos direitos de cidadania foi e ainda é um longo e tormentoso caminho na história da humanidade. O direito à educação é considerado um direito de quarta geração, por ser um direito social. Se a ideia do direito à educação é plasmada de

forma subtendida na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, é grafada de forma expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos: “todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito” (ONU, 1948, art. 26, I). Este é o modelo de organização dos direitos educacionais que o Brasil adota até hoje: educação de base para todos, educação superior por mérito.

Somente as quatro políticas educacionais, lembradas aqui, comprovam o compromisso da UnB em contribuir para a efetivação do direito à educação básica e superior, em criar alternativas que propiciam a diminuição das desigualdades sociais e educacionais, e em superar este modelo dicotômico de estrutura educacional: educação básica para o povo e educação superior como privilégio elitista. Há que colocar em prática, ainda, a máxima anisiana, que se expressa no axioma: “não se tratava, com efeito, de generalizar a educação para os ‘privilégios’, mas de acabar com tais ‘privilégios’, em uma sociedade hierarquizada nas ocupações, mas desierarquizada socialmente” (Teixeira, 1977 [1957], p. 29).

Referências

- AGUIAR, Marcelo; ARAÚJO, Carlos. *Bolsa-Escola: educação para enfrentar a pobreza*. Brasília: Unesco/Universidade Católica de Brasília, 2002.
- AZEVEDO, Célia. *Cotas Raciais e Universidades Públicas Brasileiras: uma reflexão à luz da experiência dos Estados Unidos*. Projeto Histórico, São Paulo: PUC-SP, v. 23, p. 347-358, jul./dez. 2001.
- AZEVEDO, Fernando (1894-1974). *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Edufrj, 1996 [1943].
- BUARQUE, Cristovam. *Bolsa-Escola: história, teoria, utopia*. São Paulo: Autores Associados, 2012.
- CARVALHO, José; SEGATO, Rita. *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002. (Série Antropologia, 314).
- CASPER, Gerhard; HUMBOLDT, Wilhelm. *Um Mundo sem Universidades?* Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.
- DAHL, Robert. (1915-2014). *Democracia (1999)*. Lisboa: Actividades Editoriais, 2000.
- DEWEY, John (1859-1952). *A Criança e o Programa Escolar (1902)*. São Paulo: Abril Cultural, 1980a. (Os Pensadores).
- DEWEY, John. *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 [1916].

DEWEY, John. *Experiência e Educação (1938)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

DEWEY, John. *Interesse e Esforço (1913)*. São Paulo: Abril Cultural, 1980b. (Os Pensadores).

DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 5.513, de 4 de abril de 1935*. Instituiu na Cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1935.

ELIAS, Norbert (1897-1990). *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização (1932)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert (1897-1990). *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes (1932)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FÁVERO, Maria. *Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez, 1991.

FÁVERO, Maria; LOPES, Sonia (org.). *A Universidade do Distrito Federal 1935-1939: um projeto além de seu tempo*. Brasília: Liber Livro, 2009.

FAZENDA, Ivani. *Educação nos anos 60: o pacto do silêncio*. São Paulo: Loyola, 1988.

FERRO, Maria. *Anísio Teixeira, democrata da educação*. Brasília: Inep, 1984. (Prêmio grandes educadores brasileiros: monografias premiadas 1984).

FRANCA, Leonel (1893-1948). *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

GALVÃO, Laila. *Constituição, educação e democracia: a Universidade do Distrito Federal (1935-1939) e as transformações da Era Vargas*. 2017. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2017.

GOULART, João (1919-1976). A missão da Universidade de Brasília. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962.

HOLANDA, Sérgio (1902-1982). *Raízes do Brasil (1933)*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro; FRANCO, Francisco (org.). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa; Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KING, Arden R. Civilização. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 1986. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (coord. de Benedicto Silva), 1986. p. 189-190.

LAVINAS, Lena; BARBOSA, Maria. Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do programa Bolsa-Escola do Recife. *Revista de ciências sociais IUPERJ*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 447-475, 2000.

LAVINAS, Lena. Renda mínima: práticas e viabilidade. *Rev. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 53, p. 65-83, mar. 1999.

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. Renda mínima: integrar e universalizar. *Rev. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 49, p. 213-239, nov. 1997.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920/1945)*. 1. ed. São Paulo: Difel, 1979.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração dos Direitos Humanos*. Genebra/Suíça, ONU, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

RIBEIRO, Darcy (1922-1997). *A Universidade necessária (1969)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROCHA, Maria Z. *Ilustração: persistência e modernização no parlamento brasileiro (1987/2007)*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

ROCHA, Maria Z; VILLAR, José (1959-2022). Faculdade de Educação, célula mater da Universidade de Brasília. In: BORGES, Lívia; VILLAR, José; WELLER, Wivian. *FE 50 anos – 1966-2016: memória e registros da história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 23-89.

ROMÃO, Carlos Henrique. O processo de implementação das ações afirmativas na Universidade de Brasília (1999-2004). O público e o privado. *Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará*, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 165-188, jan./jun. 2004.

ROSENFELD, Denis L. *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Solange. Rankings Internacionais de Universidades: Comparação e Desempenho por Áreas. In: MARCOVITCH, Jacques (org.). *Repensar a Universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais*. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018. p. 63-92.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870/1930)*. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1900-1971). *Educação é um direito (1968)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edufrj, 1996.

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1900-1971). *Educação não é privilégio*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 [1957].

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1900-1971). *Educação para a democracia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edufrj, 1997 [1953].

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1900-1971). *Por uma escola primária organizada e séria para formação básica do povo brasileiro*. Educação e Ciências Sociais, v. 3, n. 8, p. 139-141, 1958. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/decal.htm>. Acesso em: 13 abr. 2022.

TEIXEIRA, Anísio; RAMOS, Jairo; CARDOSO, Fernando. Universidade de Brasília. *Rev. Anhembi*, São Paulo, v. 11, n. 128, p. 259-267, jul. 1961.

TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Decanato de Ensino de Graduação*. Cursos de Licenciaturas da UnB. Disponível em: https://www.deg.unb.br/images/Diretorias/DAPLI/cil/arquivos_gerais/Cursos_de_Licenciaturas_da_UnB_1_3_.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

VANZ, Samile; DOMINIQUE, Andres; LASCURAIN SÁNCHEZ, María Luisa; SANZ CASADO, Elías. Rankings universitários internacionais e o desafio para as universidades brasileiras. *Rev. Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 23, n. 53, p. 39-51, set./dez. 2018.

WEFFORT, Francisco. *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Este livro nasceu do compromisso deixado pelos dois maiores idealizadores da Universidade de Brasília, que são referências para todos nós: Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Eles tinham o objetivo de fazer da UnB uma grande referência no papel de pensar o Brasil, pautar os temas nacionais e ajudar a buscar soluções para transformar a realidade do povo brasileiro. Trata-se de um livro que resulta do curso de extensão intitulado Educadoras e educadores brasileiros: do centenário de Paulo Freire aos 60 anos da UnB, ofertado em 2021, quando o Brasil e o mundo estavam imersos na maior crise sanitária do nosso tempo: a pandemia de covid-19. Estávamos em busca de caminhos, enfrentando o negacionismo daqueles que deveriam estar à frente dos problemas, o qual trouxe graves consequências, vitimando mais de 700 mil vidas e deixando sequelas graves para a sociedade como um todo. O referido curso de extensão tratou da vida, da obra e das contribuições de educadoras e educadores do Brasil, que foram e são tão importantes para nos ajudar a pensar em caminhos, propostas, ações e políticas para os diferentes problemas do país, em sua imensa riqueza cultural, de modo a combater e reverter suas desigualdades. É um livro que, assim como a UnB, está comprometido com um novo amanhecer, em um país mais inclusivo, participativo, multicultural, democrático e sustentável.

EDITORA



UnB

